

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Jan



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2706/2022



AMAPÁ

Filiado à:



INFORMATIVO DO SINDIVIAP - GESTÃO: "REAGE VIGILANTE" Nº1-2022

RESULTADO FINAL
DAS ELEIÇÕES DO
SINDIVIAP
Chapa 01 73%



QUEM MANDA NO SINDIVIAP É O VIGILANTE!

Mais uma vez os Vigilantes do Amapá demonstraram sua força e mobilização. Foi uma eleição conturbada e com a Patronal jogando e financiando pesado para tomar das mãos dos trabalhadores o seu Sindicato. Ao final o Vigilante mostrou quem é que manda no Sindiviap e votou esmagadoramente na Chapa da Atual gestão nosso Sindicato; como bem relatou o Companheiro Siqueira Presidente do Sindiviap: "Disputar uma eleição e ao mesmo tempo estar a frente da entidade não é fácil, tivemos que nos desdobrar para garantir nossa vitória, foi uma luta muito dura porém ao final o mais importante foi o

reconhecimento do nosso trabalho por parte de nossa categoria. Agora a luta continua! Precisamos fazer a patronal cumprir com nossa importante vitória que foi a nossa Convenção Coletiva e já se preparar para as lutas em 2022, portanto todos os Vigilantes do Amapá estão convocados para nossa Assembléia Geral nos dias 27 e 28 Janeiro, Vamos a Luta Companheiros!" Nestas eleições estava em jogo quem mandava no Sindicato, e isto está muito vivo na memória da categoria, ja que nosso Sindicato foi dirigido por mais de 12 anos pela patronal através de um grupo que compunha a outra chapa que

felizmente foram fragorosamente derrotadas por eles mesmos. Queremos aproveitar a oportunidade para agradecer o apoio heróico de dezenas de companheiros (as) que passaram noites em claro realizando a campanha da chapa 1, agradecemos a CUT e a CNTV que nos deram todo apoio, e logicamente o voto de confiança da nossa categoria que nos reelegeu para tocar a luta por mais 4 anos! VALEU CATEGORIA GUERREIRA! A VITÓRIA DA CHAPA 1 É UMA VITÓRIA DE TODOS OS VIGILANTES DO AMAPÁ!

AGORA É HORA DE FORTALECER NOSSA CAMPANHA SALARIAL 2022



Sindforte

CONVOCATÓRIA

O SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM TRANSPORTE DE VALORE, CARO FORTE, ESCOLTA ARMADA, CARRO LEVE E TRABALHADORES DO CAIXA FORTE E TESOURARIA BANCÁRIA DO SINDFORTE-RN, neste ato representado pelo seu Presidente MÁRCIO FIGUEREDO DA SILVA Convocam todos os trabalhadores da sua Base territorial para assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em Natal no dia 18 de Janeiro de 2022, na Av. Rodrigues Alves S/N no clube dos oficiais da PM/RN, 18:30h em primeira convocação e não alcançado o quórum legal mínimo estatutário em segunda convocação as 19:00h e em Mossoró no dia 19 de Janeiro de 2022 na Rua Prudente de Moraes nº 940 no auditório do SINDSAUDE Mossoró/RN, as 18:30h em primeira convocação e não alcançado o quórum legal mínimo estatutário em segunda convocação as 19:00h. Em Pauta, Questoes importante a cerca da Campanha Salarial 2022, como a análise da Proposta Patronal.

A Direção

Reforma trabalhista foi mais cruel com trabalhadores humildes e mulheres



Site do PT

Como mostramos nas duas primeiras matérias desta série sobre o resultado da reforma trabalhista no Brasil, as alterações na CLT implementadas a partir de 2017 não geraram mais empregos, mas retiraram diversos direitos dos trabalhadores. Agora, um terceiro ponto a ser destacado é um dos aspectos mais cruéis da nova legislação: o fato de ela ter sido ainda mais prejudicial às pessoas mais pobres e aos grupos socialmente mais vulneráveis, como as mulheres.

Ao “flexibilizar” as regras do trabalho, a reforma gerou um grave desequilíbrio de forças

e deu mais poderes aos patrões na hora de impor as modalidades de contratação. E quanto menos organizado e protegido o trabalhador, mais vulnerável ele ficou às condições impostas pelos empresários. E o efeito foi imediato.

Levantamento feito seis meses após a reforma começou a valer deixava claro que os trabalhadores mais humildes seriam os mais afetados. Dados do Ministério do Trabalho mostravam, na época, que vendedor de comércio varejista, auxiliar de escritório, vigilante, faxineiro e assistente administrativo eram as cinco profissões que mais estavam sendo submetidas à “demissão por comum acordo”.

Essa forma de extinção do contrato de trabalho criada na reforma permite o pagamento de apenas metade do aviso prévio e metade da indenização sobre o FGTS; movimentação de 80% do saldo do FGTS e, ainda, retira o acesso ao Seguro-Desemprego. Completando a lista de funções mais afetadas por esse tipo de desligamento estavam: alimentador de linha de produção, motorista de caminhão, operador de caixa, porteiro de edifícios e recepcionista em geral.

Da mesma forma, também foram as profissões tradicionalmente mais mal remuneradas que se tornaram alvo da contratação para trabalho intermitente, aquela que em que o trabalhador pode ser pago por período trabalhado, recebendo por horas ou diária, o que não lhe garante nem mesmo o salário mínimo.

O mesmo levantamento mostrou que o trabalho intermitente foi mais utilizado nos setores do comércio, serviços e construção civil. As ocupações com maior saldo de empregos nesta modalidade de contrato eram assistente de vendas, servente de obras, faxineiro, alimentador de linha de produção, garçom, atendente de lojas e mercados, vigilantes, soldador, mecânico e vendedor em comércio varejista.

Impacto sobre as mulheres

Esse ataque aos trabalhadores acabou afetando de forma intensa também as mulheres. “Evidentemente, os setores menos estruturados, menos organizados sindicalmente, foram os mais afetados. E é justamente nesses segmentos que há uma grande presença das mulheres”, lembrou, durante aula sobre o tema na TvPT, a economista e pesquisadora da Unicamp Marilane Teixeira.

A especialista destaca ainda que as novas regras, como os contratos intermitentes, se estenderam também às trabalhadoras domésticas que passaram a viver uma situação na qual poderiam ser convocadas pelos patrões a qualquer hora do dia ou da noite e mesmo nos fins de semana. “Isso tem implicações muito severas sobre as mulheres, principalmente as que são chefes de família, que, ao serem convocadas para o trabalho, precisam construir arranjos para lidar com o problema da responsabilidade com a casa”, ressaltou (assista abaixo).

Ataque contra jovens e entregadores

E o ataque aos grupos mais vulneráveis continua com o governo de Jair Bolsonaro, que, a todo instante, planeja e tenta implementar novas modificações na legislação trabalhista, para aprofundar a reforma feita por Michel Temer.

Entre as propostas elaboradas pela equipe de Paulo Guedes, estão a de permitir a contratação de jovens sem carteira assinada, esta derrotada no Senado graças ao empenho da oposição, e a proibição de que entregadores por aplicativo tenham direito a vínculo empregatício. Essa última medida, ainda em discussão, tem sido criticada fortemente pelas centrais sindicais, que prometem combatê-la este ano.

Redação do PT Nacional

Alta do desemprego leva a recorde de endividamento das famílias

Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio revela que 76% das famílias brasileiras estão endividadas. E uma em cada 10 diz não ter condições de pagar seus débitos



Juros do cartão de crédito pode chegar a “monstruosos” 430% ao ano, agravando o endividamento das famílias

Paulo – Três em cada quatro famílias brasileiras (75,6%) estavam endividadas em dezembro, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) nesta terça-feira (18), trata-se do maior percentual registrado desde janeiro de 2010. Pelo menos um quarto das famílias (26,1%) estão com dívidas ou contas em atraso. E uma em cada 10 diz não ter condições de pagar seus débitos.

Segundo o levantamento, 14,8% das famílias estão “muito endividadas”. Outros 27,3%, “mais ou menos endividadas”, enquanto as “pouco endividadas” são 33,5%. Apenas 24,4% afirmam que não estão endividadas em nenhum nível.

Para o economista André Roncaglia, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), os dados não surpreendem. São os resultado de cinco anos de baixo crescimento econômico, somado aos índices recordes de desemprego ao longo do ano passado. Além disso, a alta da inflação durante a pandemia comprometeu ainda mais a renda das famílias. Por fim, a elevação da taxa de juros (a Selic) no último ano agrava ainda mais esse quadro, tornando as dívidas quase impagáveis para as famílias mais pobres.

“É muito elevado o nível de desemprego. Quando a gente considera os desalentados, que já desistiram de procurar emprego, e os subocupados, que estão trabalhando menos do que gostariam, é evidente que a perda do

poder de compra do salário médio – a massa salarial – caiu bastante”, disse Roncaglia.

A queda na renda é confrontada pela “brutal” inflação de itens básicos, como combustíveis, energia elétrica e alimentos. Cabe lembrar que os dois primeiros constituem preços administrados, estabelecidos pelo governo. Mas que acabam tendo impacto disseminado por toda a cadeia produtiva.

Juros

Para conter a alta dos preços, a resposta do Banco Central foi elevar os juros. O que acaba atingindo ainda mais as famílias endividadas. A taxa básica de juros subiu de 2% ao ano, em janeiro, para os atuais 9,75%. Contudo, como as principais altas não decorrem do aumento da demanda, os juros altos acabam não resolvendo o problema. Mas, como resultado, os bancos subiram também os juros cobrados nos empréstimos ao consumidor. No crédito rotativo (cartão de crédito), por exemplo, os juros cobrados alcançam a “monstruosa” taxa de 430% ao ano.

“Quando o juro é muito elevado, e a inadimplência é persistente, a tendência é que a dívida cresça praticamente sozinha. Então se a renda da família não aumentar, a relação da dívida sobre a renda tende a crescer de maneira orgânica. A depender da taxa de juros, pode crescer de forma exponencial”, alertou o economista. Ainda em outubro, Roncaglia já avisava que a escalada da Selic seria um “tiro no pé” numa economia já combatida”.

Dois pesos

Roncaglia lembrou ainda do endividamento das empresas e do tratamento desigual recebido da parte do governo Bolsonaro. Enquanto as grandes e médias empresas puderam refinar suas dívidas no ano passado, o presidente vetou o Refis do Simples, voltado para micro e pequenas empresas.

“As pequenas e microempresas são aquelas que efetivamente empregam a maior parte da força de trabalho. E não vão ter direito de reorganizar suas dívidas tributárias. Então, isso também tende a dificultar a criação do emprego e a retomada da massa salarial.”

Fonte: RBA

Turma permite inscrição de investigado em curso de reciclagem de vigilante



A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) manteve sentença que reconheceu o direito de um vigilante matricular-se no curso de reciclagem. A inscrição havia sido negada pela União em razão da existência de inquérito policial e ação penal em curso contra o profissional.

Em seu recurso ao Tribunal contra a decisão da 1ª Instância, a União sustentou que, por responder a processo criminal, o vigilante não preenche os requisitos legais para homologação de seu certificado de reciclagem, já que não pode ter porte de armas.

O relator, juiz federal convocado Emmanuel Mascena de Medeiros ao analisar o caso observou que não existe sentença condenatória transitada em julgado contra o autor, e com isso “a existência de inquérito policial ou processo em andamento não pode obstar o exercício da profissão de vigilante, em respeito ao princípio da presunção de inocência”.

Assim, o Colegiado, de forma unânime, negou provimento ao recurso da União, nos termos do voto do relator.

Fonte: Asscom TRF1

Empregados da Caixa relatam situação preocupante nas agências

Metas continuam sendo cobradas dos trabalhadores, mesmo com alto número de casos de Covid-19 e Influenza



A escalada dos casos de Covid-19 e Influenza tem atingido os empregados da Caixa. Há relatos de agências fechadas pelo país inteiro para desinfecção. Com os afastamentos por conta das doenças, os empregados seguem atuando no limite para atender a população e não paralisar os serviços. A situação não sensibilizou a direção da Caixa, que segue cobrando metas desumanas de seus empregados. Em alerta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa) cobram do banco público melhores condições de trabalho e protocolos de prevenção.

O empregado J.L., que preferiu não se identificar, contou que sua agência passou por uma desinfecção recente, após uma colega testar positivo. Segundo ele, outras 18 agências próximas à dele foram fechadas por conta do alto número de empregados infectados pela Covid-19. “Agora estamos atendendo

só o essencial porque não tem empregado suficiente”. Ainda segundo J.L., há pressão para que todos cumpram as metas. “As metas continuam a ser cobradas como se nada estivesse acontecendo. Isso prejudica muito o nosso trabalho”, ressaltou.

J. L. conta que o ambiente das agências piora a situação, uma vez que não tem ventilação e há circulação de muitas pessoas. Para ele, a Caixa precisa reforçar os protocolos de prevenção e refazer os testes de Covid-19 para todos os empregados, como feito anteriormente. “Além disso, precisamos de mais contratações. Sem dúvidas”, reforçou.

Relatos como do empregado acima se somam pelo Brasil. T.M., que também preferiu não se identificar, está há 13 anos na Caixa e classifica o cenário como um dos piores do banco. Para ela, o atual protocolo do banco é ineficaz. “Nas últimas duas semanas tivemos cinco casos de Covid-19 na minha agência. Houve a higienização, porém não existe o protocolo correto. O protocolo não deixa claro

o que o empregado tem de direito e como deve agir, ou seja, não temos respaldo”, conta. A empregada ressalta ainda que muitos gestores descumprem, propositalmente, os protocolos para manterem as agências em funcionamento.

T.M. conta ainda que a saúde mental dos empregados está muito abalada. “Tem uma agência próxima à nossa que tem duas pessoas afastadas (atestado psiquiátrico) por pressão de não ter o protocolo de prevenção cumprido. O medo é muito grande”, relatada a trabalhadora.

O início dos pagamentos de benefícios – como FGTS, PIS/Pasep e Auxílio Brasil – tem deixado os empregados em alerta. “Um exemplo é que não teve pagamento do PIS no segundo semestre de 2021, então no 1º dia de janeiro a agência encheu de pessoas querendo informações, no entanto o pagamento é em fevereiro”, destacou T.M.

Entidades em Alerta

Contraf-CUT, Fenae, Apcefs, CEE/Caixa e sindicatos têm recebido muitas demandas sobre o que vem ocorrendo nas agências. “Estamos muito preocupados com o que vem acontecendo com os empregados nas agências. A Caixa precisa melhorar o protocolo de prevenção tanto para Covid-19 quanto para gripe, dar melhores condições de trabalho para os empregados e diminuir as metas desumanas que vem adoecendo os trabalhadores”, afirmou Sergio Takemoto, presidente da Fenae. Na avaliação do dirigente, defender a saúde dos empregados é também defender o melhor atendimento à população. “A Caixa precisa respeitar seus empregados. Eles têm sido fundamentais nessa pandemia, mesmo com riscos diários de contaminação”.

A CEE/Caixa, já enviou ofícios à direção da Caixa, solicitando o cumprimento dos protocolos e uma mesa de negociação para o aperfeiçoamento desses regulamentos. “Nossa luta por protocolos mais eficientes é para que a gente proteja os empregados para que eles consigam atender à população”, reforçou a coordenadora da CEE, Fabiana Uehara Proscholdt, que também é secretária da Cultura da Contraf-CUT.

Na avaliação de Fabiana, para além dos protocolos, a Caixa também precisa contratar mais trabalhadores. “Nesta luta também está a questão de mais contratações. Porque os

empregados da Caixa já estão há muito tempo sobrecarregados. Então, eles não estão sendo afastados apenas por conta da pandemia ou Influenza. Mas temos vários colegas afastados devido à sobrecarga e adoecimento mental”, destacou a coordenadora.

Há um concurso vigente (2014), mas a Caixa tem demorado realizar contratos. Das três mil contratações prometidas para setembro do ano passado, pouco mais de 1.700 foram efetivadas. O quadro se agrava devido ao número de desligamentos no período, que ultrapassa de 200, fazendo com que as contratações líquidas tenham sido somente a metade do prometido pelo presidente do banco, Pedro Guimarães.

As entidades destacam ainda a importância de os empregados conhecerem os protocolos para cobrar os seus direitos. “Nos locais onde não estão sendo cumpridos os protocolos, os empregados precisam acionar as entidades para que a gente possa atuar tempestivamente”, afirmou Fabiana.

Em São Paulo, uma das maiores regiões com empregados Caixa, os casos estão aumentando e preocupando as entidades. “Somente nos últimos dias da última semana tivemos o acionamento de protocolo em mais de 50 unidades do município de São Paulo e arredores, o que comprova a necessidade de que o protocolo seja atualizado. A Caixa não pode, por exemplo, desconsiderar que o sistema de saúde, mesmo em teleconsulta, está sobrecarregado, e não pode manter a cobrança de metas como se as agências não estivessem extremamente desfalcadas”, afirmou o presidente da Apcef/SP, Leonardo Quadros.

Dados

Ainda é difícil identificar a quantidade de empregados atingidos pela Covid-19 e Influenza, ou mesmo o número de agências fechadas para a sanitização. Sem a divulgação oficial da Caixa, fica a cargo dos sindicatos buscarem as informações.

O Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região divulgou o resultado de um levantamento, feito pela própria entidade, apontando que 91% dos bancários – ouvidos de diversos bancos – relataram casos de Covid-19 ou Influenza nos últimos 30 dias.

Filas no Saúde Caixa

Com o aumento de empregados com

sintomas relacionados à Covid-19 ou Influenza, os trabalhadores têm encontrado dificuldades no atendimento do Saúde Caixa. O plano de saúde tem apresentado extensas filas para o atendimento. Segundo Fabiana Uehara, a telemedicina do Saúde Caixa está com fila de espera de mais de 14 horas.

Os usuários do plano de saúde têm relatado dificuldades no teletendimento. A empregada Caixa T.M. contou que tentou por duas vezes o teletendimento e não conseguiu. “A fila estava muito grande. Eles dizem que vão dar retorno, mas não acontece”, lembra. Ela optou por fazer o atendimento presencial, mesmo correndo riscos.

Em defesa do Saúde Caixa, a Fenae lançou um abaixo-assinado em apoio ao plano de saúde dos empregados. Com mais de 25 mil assinaturas de apoio, conquistadas em um curto espaço de tempo, a petição foi entregue à direção da Caixa e mostrou o quanto os beneficiários do plano estão atentos a qualquer movimento no sentido de enfraquecer o Saúde Caixa. “Os empregados exigem da direção que a gente continue tendo um plano de saúde com qualidade. Não podemos permitir que a Caixa siga precarizando o atendimento do nosso plano e destruindo uma conquista dos trabalhadores”, ressaltou Takemoto.

Fonte: ContrafCUT

Por causa da Covid-19, INSS suspende perícias de revisão do auxílio-doença

Divulgação



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu as perícias médicas de revisão do auxílio por incapacidade temporária — antigamente conhecido como auxílio-doença — a partir desta quarta-feira (12/1). A medida surge diante do aumento de casos de Covid-19 no país.

A decisão foi tomada de forma conjunta com a Subsecretaria da Perícia Médica Federal (SPMF) da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência. A portaria foi publicada nesta quinta-feira (13/1).

Mesmo assim, ficam mantidos os mutirões de perícias médicas que já estavam previamente agendados e com viagens definidas pela subsecretaria.

No último ano, o INSS havia convocado mais de 170 mil segurados para agendarem sua perícia de revisão. O procedimento é necessário para a manutenção do benefício.

Perícia remota

Também nesta quinta-feira, foi publicada outra portaria, apenas do INSS, que institui uma experiência-piloto de perícias médicas por meio de teleavaliação.

As perícias médicas à distância poderão ser feitas junto às prefeituras que tenham acordo de cooperação técnica (ACT) com a autarquia. A experiência inicial terá um prazo de 90 dias.

O ato representa o cumprimento de uma decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União, para evitar interrupções das perícias médicas em meio à crise sanitária. A SPMF e a Diretoria de Benefícios (Diben) do INSS ficam responsáveis por estabelecer os procedimentos para garantir a execução da medida.

Fonte: conjur

INSS: peritos reportam falhas no sistema de auxílio-doença; entenda o que está acontecendo



INSS: peritos reportam falhas no sistema de auxílio-doença; confira o que está acontecendo (Imagem: montagem/FDR)

Inúmeros segurados que entraram com pedidos de auxílio-doença junto ao INSS, em meio a pandemia de Covid-19, podem ter o pedido negado por causa de uma falha no sistema de computadores da instituição.

INSS: peritos reportam falhas no sistema de auxílio-doença; confira o que está acontecendo

Peritos reportaram que uma falha na integração de dados do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (Sabi) e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis) tem causado a recusa do benefício a quem tem direito.

De acordo com Francisco Cardoso, vice-presidente da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP), o software entende que trabalhadores regulares estão desempregados. Desse modo, o programa faz com que o pedido seja indeferido administrativamente.

Segundo Cardoso, a falha também pode fazer o sistema não computar todas as contribuições do segurado. Assim, mesmo o auxílio doença sendo autorizado, acaba sendo pago em valor menor ao que deveria ser.

Aproximadamente um quarto dos benefícios que deveriam ser concedidos estão tendo algum tipo de erro, segundo o vice-presidente da ANMP. De acordo com ele, o sistema está desatualizado há 15 anos.

Além disso, a digitalização do INSS tornou ainda mais difícil e demorado o procedimento

de contestação das decisões previdenciárias, ressaltando Cardoso. Os prejudicados, devem entrar com o recurso via internet, pelo MEU INSS.

Segundo Cardoso, além do recurso on-line é importante acionar a justiça solicitando que o instituto realize a revisão de seus dados integrados ao Sabi individualmente. Assim haverá mais precisão nos dados minimizando os erros.

Na quarta-feira (12), a ANMP encaminhou um ofício ao Ministério do Trabalho e Previdência relatando o ocorrido. O INSS afirma que identificou um problema na concessão automática de benefício por incapacidade, e já resolveu, sem prejudicar os beneficiários.

Entre os erros causados pela falha na integração entre os sistemas Sabi e Cnis, a ANMP mostrou, no ofício enviado ao Ministério de Trabalho e Previdência, a impossibilidade da caracterização do tipo de benefício a ser concedido.

Os peritos não conseguem informar se o benefício concedido é determinado por incapacidade de natureza ocupacional ou se tem origem em acidente, pois não conseguem incluir o CID (classificação internacional de doenças) e nem o Cnae (classificação de atividades econômicas).

Em todo caso, se o pedido do benefício for recusado erroneamente, a primeira coisa a se fazer é ligar para o 135 e solicitar que o processo seja “reaberto para acerto pós-perícia”. Nesse caso, é necessário encaminhar alguns documentos.

Outra opção é solicitar o pedido de revisão por recurso administrativo, por meio do Meu INSS. O tempo para ser apreciado é entre 3 e 6 meses, segundo Fernando Bosi, especialista em direito previdenciário social e sócio do Almeida Advogados, .

Fonte: FDR

OIT aponta recuperação ‘lenta e incerta’ em 2022 devido à pandemia e estima 207 milhões de desempregados

Relatório aponta mudança estrutural do mercado de trabalho: retorno aos níveis anteriores à crise pode ser insuficiente

NahomTesfaye/Unicef Ethiopia



OIT alerta para tendência de crescimento da pobreza e da desigualdade: recuperação depende do mercado de trabalho

A São Paulo – “Após dois anos de crise, a perspectiva segue sendo frágil e o caminho da recuperação é lento e incerto”, analisa o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, sobre a realidade do mercado de trabalho e do desemprego na pandemia. “Já estamos observando danos potencialmente duradouros, junto com um preocupante aumento da pobreza e da desigualdade”, acrescenta.

Em relatório divulgado nesta segunda-feira (16), a OIT lembra que a recuperação da atividade econômica “depende em grande medida do grau de contenção do vírus”. O documento aponta também comportamentos desiguais por região, com perspectivas mais negativas, por exemplo, para América Latina e Caribe. Mas todas enfrentam sérios riscos. “Além disso, essa situação está alterando a estrutura dos mercados de trabalho, de tal maneira que um retorno aos níveis anteriores à crise poderá ser insuficiente para compensar o dano causado.”

Anos difíceis

Dessa forma, com deterioração das expectativas, é provável que os próximos anos também sejam difíceis para grande parte do mundo. A OIT calcula, por exemplo, que o total de horas trabalhadas em 2022 se manterá aproximadamente 2% abaixo do nível anterior à pandemia. Isso corresponde a um déficit de 52 milhões de postos de trabalho em jornada completa (48 horas semanais).

A OIT estima em 207 milhões o número de desempregados neste ano. Um pouco abaixo de 2021 (214 milhões), mas bem acima do período pré-crise, em 2019 (186 milhões). A taxa média de desemprego, segundo a OIT, ficaria em 5,9%, ante 6,2% e 5,4%, respectivamente. O relatório chama a atenção para a tendência de crescimento do trabalho informal em vários países, incluindo o Brasil.

Aqui, por sinal, não se prevê qualquer recuperação significativa. O desemprego atinge em torno de 14 milhões de pessoas, gente fora do mercado e informalidade crescente. A taxa brasileira de desemprego é duas vezes maior que a média mundial. No dado mais recente do IBGE, relativo ao trimestre encerrado em outubro, a taxa média é de 12,1%, com 12,906 milhões de desempregados. A ocupação cresceu 10,2% em 12 meses: o emprego com carteira aumentou 8,1% e o sem carteira 19,8%, enquanto o trabalho por conta própria subiu 15,8%.

Pobreza cresce

“A pandemia levou milhões de crianças à pobreza. E as estimativas recentes sugerem que, em 2020, mais 30 milhões de adultos foram à pobreza extrema (ou seja, viveram com menos de US\$ 1,90 dólar por dia), sem trabalho remunerado”, afirma ainda a OIT. “Além disso, o número de trabalhadores em situação de pobreza extrema – que não ganham o suficiente para manter a si próprios e suas famílias – aumentou em 8 milhões. A recuperação assimétrica da economia provoca efeitos em cadeia a longo prazo, em termos de incerteza e instabilidade permanentes.”

A recuperação do mercado de trabalho é mais rápida em países com taxas maiores de investimento, lembra a organização. “Só neste

grupo se produziu aproximadamente metade da redução do desemprego mundial entre 2020 e 2022, embora somem em torno de 20% da população economicamente ativa. Por outro lado, desde o início da pandemia, os países com investimentos menores enfrentam recuperação mais lenta”, informa.

Proteção social

Para Ryder, que está em seu último ano de mandato, não pode haver verdadeira recuperação da pandemia sem ampla recuperação do mercado de trabalho. “E, para ser sustentável, deve basear-se nos princípios de trabalho decente, com inclusão de saúde e seguridade, proteção social e diálogo social.”

Fonte: RBA

X Congresso Nacional dos Vigilantes

@virtual

Brasília/DF 20 e 21 de janeiro de 2022
às 14h

CNTV

SDS Edifício Venâncio Junior loja 09/11 Asa Sul Brasília DF

Realização: CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes

Filiada: UNI global union, CUT, DIRESE

Apoio: Federações de Vigilantes e sindicatos de vigilantes

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF